
020ª SESSÃO ORDINÁRIA 21MAR2019

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Reginaldo Pujol, nosso Vice-Presidente hoje conduzindo os trabalhos, colegas vereadoras e vereadores. Ao iniciar esta sessão, recebi algumas provocações sobre alguns temas para falar. Há coisas que não precisamos falar, há coisas que falam por si. E eu vou falar de coisas que são necessárias serem faladas, articuladas, porque dizem respeito à Porto Alegre, nós somos vereadores da Capital dos gaúchos e temos de responder, Ver. Oliboni, Ver. Comassetto, Ver. Sgarbossa, para que as coisas funcionem na Cidade.

Eu já formulei um pedido ao presidente, querido amigo, Dr. Ricardo Gomes, para que cumpramos a questão da pauta com a EPTC, sobre a questão dos táxis, em especial, os temas que estão pendentes. A lei está em vigor, a Lei Geral dos Táxis está em vigor, logo, aplique-se. Não existe mais serviço permissionado. Portanto, aqueles que – em torno de 500 – pediram transferência, não tem mais transferência, automaticamente, têm que ser chamados na EPTC, conforme discutimos em última reunião na CCJ, para receberem a sua carta de autorizativo. Não é mais serviço permissionado, é simples, é concreto, é assim que deve ser feito. E os próprios gestores aqui disseram que, sim, seria feito isso. Aqui, Ver. Ferronato, nossa emenda tirou fora a questão do biométrico, V. Exa. fez uma emenda que dizia que poderia ser feita um mecanismo eletrônico, mas nós aqui, os legisladores, quisemos, aprovamos, o prefeito vetou, e nós derrubamos: não tem biometria! Porque, nos lugares onde existe, não funciona, atrapalha, é caríssimo. O sistema de táxi está falido! Por quê? Por várias razões. Infelizmente, um colega nosso, de um determinado partido, entrou na Justiça, e está lá trancada a questão dos aplicativos. E

a Prefeitura nada faz para derrubar essa tal de liminar! Por quê? Qual interesse que está em jogo?

Nós precisamos discutir a questão do táxi, dos aplicativos, dos lotações e das linhas T. As linhas T são linhas viáveis, novas poderão ser feitas porque são exequíveis. Só em abril agora recebo a notícia de que seremos recebidos – uma comissão da Zona Sul, do Cantagalo e da região – para discutir a linha Cantagalo entrando na Restinga, passando na UPA, no Hospital da Restinga e no Instituto Federal de Educação. A nossa proposta é que vá pela Pitinga, desça a Lomba do Pinheiro. Eu digo aos senhores, às senhoras e digo para a EPTC: não precisa fazer pesquisa! Qualquer pessoa que pegar um carro e circular por esse trajeto sabe que seria a Linha T a mais lucrativa da Cidade, seria um sobe e desce impressionante, mas a burocracia faz com que eles fiquem sentados, com a bunda na cadeira e não saiam à rua – não saiam à rua!

Ver. Aírto Ferronato, eis a questão, V. Exa. não é da CCJ, o dia que nós formos discutir – que o Ver. Ricardo fizer a pauta na CCJ –, vou convidar V. Exa. para estar presente, porque V. Exa. também é partícipe desse processo. O táxi existe, tem que continuar existindo, a Lei Geral dos Táxis tem que ser obedecida. Finalmente, das questões que nós aprovamos aqui, o prefeito não pode passar por cima; não é o desejo do prefeito que manda, esta Cidade tem leis, nós estamos no Estado Democrático de Direito, e ele tem que ser defendido.

Para concluir, temos a presença de um grupo significativo de servidores públicos aqui no plenário, que estão aqui com sua faixa, com o Sindicâmara, eu os saúdo e espero que nos encontremos às 19h na audiência pública... (Som cortado por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) Para concluir, mais uma vez, eu digo que não se trata apenas de um projeto prejudicial ao servidor, mas, sim, ao serviço público. Prejudicando o serviço público, quem perde é a Cidade, perdemos o lado de lá e o lado de cá do balcão. Por isso estamos aqui juntos nos fortalecendo para uma Porto Alegre inclusiva, uma Porto Alegre que é respeitosa com as pessoas, seja com o servidor, com o morador, com o visitante, com o turista que poderia estar aqui mais frequentemente e não está, porque não tem política de turismo. Há dois meses e meio não há responsável pelo turismo na Cidade. Concluindo, por uma Porto Alegre pelas pessoas, pela democracia, pelo respeito às leis. Viva Porto Alegre! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Pujol. Eu acho que o dia de hoje, Ver. Cassiá, que está aí falando ativamente no plenário, é um dia importante pela prisão do ex-presidente Temer. Eu considero muito importante. Acho que é tardio, infelizmente o ex-presidente Temer já cometeu inúmeros crimes, não só os crimes de corrupção, mas também os crimes contra a economia popular, entre eles, apresentar a reforma da Previdência que agora o governo Bolsonaro quer aprovar no Congresso Nacional, porque, na essência, é a mesma reforma que o ex-presidente Temer havia apresentado. Acho que foi muito importante essa prisão. Eu estou entre aqueles que defendem a esquerda e que têm como um dos seus pontos programáticos o combate aos corruptos e aos corruptores. Creio que é muito importante que ocorra isso. Até porque, e o Adeli dizia que nós temos que debater os temas municipais, e eu também acho que os temas municipais são importantes, afinal de contas esses temas estão ligados aos temas nacionais, pois um dos grandes pontos que a classe dominante brasileira, que a elite brasileira que não quer serviço público de qualidade, que não dá bola para serviço público de qualidade porque quem precisa do serviço público, em geral, são os mais pobres, quem necessita da saúde pública, da educação pública são os mais pobres, e a elite brasileira tem como linha desmontar o serviço público. Os grandes empreiteiros, os grandes banqueiros querem, cada vez mais, espaço econômico e também espaços econômicos que são espaços que empresas estatais podem garantir, e as empresas privadas, na verdade, querem ocupar esses espaços. É o caso do DMAE, por exemplo. Há interesses na privatização do DMAE. Qual é a lógica, infelizmente, que nós temos no país? Nós temos uma lógica de desconstituição do serviço público, e o sistema partidário e os políticos em geral – não são todos, evidentemente –, mas o que tem dominado a política brasileira é um tipo de ação política que atrapalha a defesa do serviço público. O que acontece? As pessoas vêm tanta corrupção e tantos problemas, os serviços públicos vão se deteriorando tanto que a própria população acaba não compreendendo a importância de defender o serviço público, e ela mesma acaba sendo prejudicada. Com isso, os próprios políticos envolvidos em esquemas de corrupção, os próprios políticos

corruptos que aceitam a ação dos negócios privados, que são os que estão por trás da corrupção, que são os corruptores – e o esquema do Temer está relacionado com isso; o Temer é o corrupto, mas alguém pagou, não foi só desvio de dinheiro público, foi também relação com empresas privadas –, essas empresas privadas interessadas em privatizar o serviço público ganham com esse sistema partidário que faz com que a política se degenere, e, ao invés de ser o lugar da defesa do bem comum, passe a ser o lugar de defesa de interesses privados, de máfias, de quadrilhas que, infelizmente, nós temos visto dominar o país. Então, é muito importante, sim, que o ex-Presidente Temer tenha sido preso. E nós achamos que a defesa do serviço público vai, sim, passar por uma limpeza no sistema político, por uma destruição do sistema político, tal como está montado.

Eu acho, Ver. Cecchim, quando nós debatemos o tema do serviço público, tem muita importância, porque, não é possível, o Governo do Marchezan – e vocês do MDB estão nisso agora juntos – seguir a lógica de que, reduzindo os direitos da classe trabalhadora, aqui na Cidade de Porto Alegre, nós vamos melhorar Porto Alegre. Nós não vamos! Quando nós fazemos o apelo da defesa do serviço público, da defesa da carreira do servidor público, nós estamos fazendo um apelo para que a gente, de fato, tenha uma nova política ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... e onde não tenha mais políticos corruptos e onde nós tenhamos, de fato, defesa do serviço público. É para isso que tem de servir a política, não para se envolver em esquemas de corrupção, mas defender o bem público. Esse é o apelo que nós fazemos para a Câmara Municipal, nesse dia importante de prisão do ex-presidente Temer. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Moisés Barbosa (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento de um grande amigo, empresário da Campus Vidros, Sr. Altair Cantini, que morreu, de forma violenta, num acidente de carro.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, que preside esta Sessão, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro quero aqui, e já o fizemos, render uma homenagem ao Luiz Afonso de Mello Peres, nosso famoso 37, pelos 40 anos de grandes serviços prestados a esta Câmara. (Palmas.)

Quero saudar também aos servidores desta Casa, que de uma forma educada estão aqui reivindicando aquilo que acham e pensam serem os direitos que eles estão exercendo, principalmente o direito de lutar. Meus cumprimentos. (Palmas.)

Neste dia em que alguns comemoram a prisão do Temer, do Moreira Franco, que outros esperam os mandantes de outros crimes, e que há torcida para que mais gente seja presa, eu acho – e o Ver. Adeli deu o tom aqui –, que falar das coisas de Porto Alegre é importante, mas eu não me furto de falar também, Ver. Robaina: eu acho que o Temer pagou por ter se aliado ao PT e ser vice-presidente do PT. Talvez esse seja o maior pecado dele. Eu tenho certeza que esse é o maior pecado do Presidente Temer. E tem alguns memes andando por aí dizendo que a ex-presidente Dilma também pede um pouquinho de paciência para chegar lá também. E do jeito que vai, eu acho que todos aqueles que fizeram o malfeito, como ela mesma dizia – a Presidente Dilma dizia os malfeitos – todos que fizeram malfeitos, independentemente de quaisquer partidos, eles precisam responder. Tem uma pequena diferença, nós temos dois presidentes presos hoje: um que já foi condenado, o ex-presidente Lula, e confirmada a sua condenação em segunda instância; e outro, que foi preso hoje, numa prisão preventiva. Mas que seja feita justiça a todos. Eu não tenho nenhum presidente que eu tenha votado preso, então, não votei em nenhum desses presidentes que estão presos. Então, eu queria me solidarizar com quem já votou nesses presidentes, que é ruim ter um parente, ter um companheiro de partido preso não é bom, e a gente não deseja isso para ninguém. O que nós desejamos, isso sim, é que não precise prender ninguém. O dia que nós vamos festejar aqui, independentemente de qualquer partido, o dia feliz para todos nós será o dia em que nós não precisaremos prender ninguém, porque cada um fará o que tiver de fazer de modo direito, sem botar a mão no dinheiro público principalmente. E também para os empresários que sonegam impostos, e para os corruptores, todos. Quem sabe, vamos

chegar lá um dia, de não precisar prender corruptores, e nem corrompidos. Nós vimos aqui na Câmara para festejar e para falar das coisas da cidade, como pediu o Ver. Adeli. Nós temos que falar das coisas da Cidade, sim, ms nós temos que ficar atentos aos acontecimentos que nos cercam. Acontecimento nacional, estadual, nós precisamos continuar ajudando que o prefeito, que o governador, que o presidente faça aquilo que deve ser feito para o bem da sociedade, para o bem dos funcionários públicos. Eu acho que ninguém quer desmontar o serviço público, Ver. Robaina, acho que não se deve. O serviço público é, inegavelmente, necessário e essencial para a boa convivência com os cidadãos. Se tiver um bom serviço público, o cidadão vive bem. Agora, os tempos estão mudando, e nós precisamos fazer algumas correções, e que elas venham com a maior tranquilidade, com a discussão que está havendo, hoje temos uma audiência pública importante... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Obrigado, Presidente. É isso que nós desejamos a todos: que tenhamos uma audiência pública civilizada, como são os funcionários públicos, que tenhamos uma discussão lúcida e que nós tenhamos a mente iluminada para votarmos de acordo com cada consciência, a consciência de cada um de nós, dos 36 vereadores. Eu respeito muito aqueles que pensam diferente de mim e respeito muito aqueles que pensam de maneira parecida ou igual a mim nos mais diversos temas que nós tratamos aqui todos os dias. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos que nos acompanham hoje, aos colegas, ao Ver. Reginaldo Pujol, na presidência; eu trago aqui o mesmo assunto que me fez subir a esta tribuna ontem, mas hoje com um episódio que retrata o que nós falamos aqui: os postos de saúde da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus. Eu pedi aqui, desta tribuna, um pouco de coerência a determinados partidos, e fui gentil, Ver. Ricardo Gomes, em não nominá-los, pedindo consciência, porque, às vezes, o vereador que está sentado aqui não tem responsabilidade sobre os militantes que estão lá fora. Hoje pela manhã, no posto de saúde da Lomba do Pinheiro, na parada 12, estava o Simpa, com

faixas mentirosas, incitando o ódio, a raiva da comunidade – claro, tem um projeto aqui que eles têm que mobilizar bastante gente, audiência pública, etc. – com mentiras, prática antiga, arcaica. Eles mentem que o governo está querendo vender os postos de saúde.

Mas eu vim aqui falar de um episódio em especial, Ver. Cassiá, que retrata exatamente onde fica jogada a mentira e a quem atinge essa mentira politqueira. O pequeno Leonardo, de nove anos, caiu do muro da sua casa na região da Mapa e foi até o posto de saúde. Como não tinha onde encostar o carro e ele tinha que levar muitos pontos, ele se deslocou e não entrou no posto da Lomba por causa do tumulto, do carro de som do Simpa mentindo que querem vender o posto de saúde, e demorou mais de 2 horas e meia para achar um lugar para ser atendido. Foi até a casa dos parentes, adivinhem onde? Em Viamão! Foi atendido na RS-040. O posto que atendeu o menino – por sorte, não passou 4 horas, ele pôde levar os pontos que precisava – é administrado por uma instituição privada, tem cem por cento de atendimento pelo SUS. Não venderam o posto, o menino não pagou para ser atendido. Então parem de mentir. Eu vim aqui de novo dizer isto: parem de mentir! Eu tenho nojo de vocês! Quem fez isso, os militantes, todo mundo conhece aqui, são os militantes do PT, do Simpa. Parem de mentir! O que existe lá é uma tentativa que será discutida aqui com muita maturidade.

Na Restinga, por exemplo, há muito elogio ao atendimento da população pobre: redução de tempo de espera, qualidade de atendimento. Quem cuida do hospital da Restinga? O Hospital Vila Nova. Quando trocou a entidade, também ouvi esta politicagem: “Ah, agora, vai sair o hospital, e o Marchezan vai vender”. Mentira! Eu tenho nojo disso, eu tenho nojo de politicagem! Não aguento mais ver esse tipo de coisa.

Na mesma raiva, eu quero cumprimentar aqui o Ver. Idenir Cecchim. Quero dizer, Ver. Idenir Cecchim, que o senhor disse aqui muitas verdades. Eu estou aqui para dizer que eu e o meu partido, na nossa conduta, não defendemos nenhum corrupto, não importa se ele é filiado ao nosso ou a outro partido. Tem gente do meu partido que, graças ao foro privilegiado, ainda não foi presa, mas tem que estar presa. Eu não vou levantar bracinho e dizer: “Fulano, guerreiro do povo brasileiro” para quem está na cadeia, para quem é corrupto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Eng.º Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ENG.º COMASSETTO (PT): Prezado presidente, no exercício dos trabalhos, Ver. Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores, funcionários que aqui nos acompanham. Eu venho aqui em nome da Bancada de oposição, com a anuência do nosso líder, o Ver. Robaina, e quero, em nome desses partidos, trazer o reconhecimento pelos 40 anos de trabalho do nosso Diretor Legislativo, Luiz Afonso, nosso companheiro.

Luiz Afonso, podemos dizer que nesse momento estamos num desmonte das políticas públicas, e o que propagandei por aí para poder destruir ou diminuir o Estado, nós, com a permissão do nosso Diretor Legislativo, Luiz Afonso, queremos usá-lo como referência para contrapor a toda essa política de desmonte do Estado. O Luiz Afonso completa 40 anos de atividade profissional pública! Servidor público municipal da Câmara de Vereadores de Porto Alegre! E nós temos um grupo dos vereadores, e hoje teve unanimidade de cumprimentos, ao Luiz Afonso, de todos os partidos. Portanto, a nossa homenagem aqui, Luiz Afonso, vem com essa referência. No momento em que temos dois projetos, um em nível nacional e outro em nível municipal, que propõem retirar direitos dos trabalhadores públicos e privados de todo o Brasil, e aqui no Município de Porto Alegre dos funcionários públicos municipais, o governo Marchezan, prezado Moisés, anuncia que isso é pela redução dos recursos públicos, que economizará R\$ 16 milhões, mas ao mesmo tempo eleva de 14 para 34 o dinheiro da propaganda. Quero dizer aqui, prezado diretor, que a melhor propaganda que um prefeito pode fazer é ter um programa que atenda à população e que tenha os servidores públicos bem orientados, satisfeitos e bem pagos. Para isso, não precisa fazer propaganda; para isso, basta ter um programa de governo e termos funcionários públicos bem pagos e satisfeitos. Um

engenheiro como eu, hoje, na folha de carreira da Prefeitura, inicia ganhando em torno de R\$ 2.500,00, que é abaixo do teto, inclusive do teto constitucional determinado. Quem é que vai trabalhar pensando que vai ter que trabalhar 35 anos – se for pela atual legislatura da previdência; pela próxima, terá que trabalhar 40 e tantos anos, terá que ter a idade mínima de 65 anos, prezado Ricardo, meu colega que defende o liberalismo. É isso que está em debate aqui, é isso que queremos debater, o conteúdo com os que pensam diferente do papel do Estado nos referenciando aqui na pessoa do nosso diretor legislativo Luiz Afonso e de todos os trabalhadores aqui desta Casa. Esta Casa é um exemplo de trabalho pela dedicação dos seus funcionários públicos municipais que trabalham aqui na Câmara e os que trabalham também no Executivo municipal. Ontem, falei dos funcionários do Departamento Municipal de Água de Esgoto, da dedicação que têm, porque trabalham com amor, convicção e qualidade. Não tem ninguém nesta Casa que possa apontar os nossos funcionários públicos municipais dizendo que eles não têm qualidade, e, em referência ao Luiz Afonso, isso é unanimidade. Portanto... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Agradeço, Sr. Presidente. Eu dizia que o Luiz Afonso é a referência da honestidade, da qualidade, da dedicação, e esta homenagem, Luiz Afonso, aos seus 40 anos de trabalho não é direcionada somente ao senhor. Nós sabemos que ninguém trabalha sozinho, é o corpo de trabalhadores desta Casa que tem essa dedicação e essa postura, portanto, merecem, neste momento, ter um olhar do prefeito municipal para que os direitos adquiridos ao longo da vida não sejam subtraídos, que sejam mantidos, que o funcionalismo público municipal seja cada vez mais valorizado. Um abraço dos partidos de oposição que aqui represento – o PSOL e o PT. Um grande abraço, muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações e depois prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas vereadores; volto a esta tribuna agora com um pouco mais de tempo para tratar de temas que já me trouxeram aqui. O primeiro deles é sobre uma campanha difamatória que eu sofri nos

últimos dias em um jornal de Porto Alegre, através de um jornalista que é mais serviçal da EPTC do que repórter, ele está a serviço da EPTC e não, da informação, com uma manchete jocosa, que induzia as pessoas a pensarem que eu estava sendo investigado pela polícia por causa de um grupo de WhatsApp. O grupo a que ele se refere é um grupo que nós criamos para fiscalizar a EPTC, e muitos agentes infiltrados da própria EPTC estão lá para tumultuar o grupo. Num grupo de WhatsApp, qualquer pessoa sabe, os administradores – eu não sou um deles, eu não administro esse grupo, eu faço parte desse grupo – não têm controle nem prévio nem posterior do que é colocado lá. Os administradores do grupo não podem deletar, não conseguem ainda, não têm a tecnologia para deletar o que foi escrito por terceiros, cabendo a ele, enquanto mediador, apenas repudiar. Em centenas e centenas de mensagens, nós temos uma piada de mau gosto que prega violência contra os agentes de trânsito e outras três que falam de *blitz* durante a madrugada. Em razão disso, a EPTC e a Polícia Civil resolveram intimar todos os membros do grupo só porque formaram um grupo. Eu quero lembrar que nós estamos num Estado de Direito e nós não vamos recuar um milímetro na nossa missão de fiscalizar o fiscal, de abrir essa caixa-preta da EPTC. E eu quero aqui elogiar o último projeto, Ver. Carús, que tem sido um parceiro nessa luta pela transparência dessa caixa-preta que nós precisamos abrir. Então, foi uma infâmia colocarem em muitas manchetes a palavra “polícia” e as palavras “Ver. Wambert”. Eu tenho a consciência tranquila que até hoje não fiz, jamais farei, qualquer coisa que envergonhasse meus filhos. Quem lê a matéria vê que é algo vazio, sem sentido, ridículo, esdrúxulo, cuja intenção é fustigar ou assassinar a reputação de alguém. Outro jornalista me disse recentemente: “Wambert, tu estás começando a ser vítima, como tantos outros conservadores, da vingança da mídia esquerdista. É a revanche”. Que venham, eu estou pronto para ela.

Hoje o jornal Zero Hora já publicou um contraponto dessa falácia, desse sofisma, dessa mentira de insinuar que eu estou sendo investigado por qualquer coisa. Não estou sendo investigado, não sou objeto de inquérito, aliás, é um grupo no qual eu quero colher informações, eu pouco me manifesto, não lembro da última vez em que me manifestei, mas lembro, sim, que gravei um vídeo no grupo dissuadindo e dizendo que, naquele grupo, não era permitido divulgar *blitz*, porque a *blitz* é algo essencial para a segurança pública; e nem propagar ou insinuar violência contra qualquer agente da EPTC.

Segundo tema: quem precisa ser investigado, vereadores, é a EPTC. Eu estou trazendo aqui uma matéria da própria GaúchaZH, da Zero Hora, de 06 de dezembro de 2018, e vou ler as duas manchetes. Primeira: “Ministério Público investiga denúncias de pressão para que agentes da EPTC multassem mais.” E outra matéria: “Agentes da EPTC descrevem como eram pressionados para aplicar mais multas”.

A EPTC é uma indecência, Srs. Vereadores, a EPTC é uma vergonha, é algo sujo. Porto Alegre não pode mais conviver com essa excrescência que é a EPTC, que não tem nenhuma finalidade de atender o interesse da sociedade. As matérias são muito claras, vou me reportar aos senhores. Segundo a Promotora da 5ª Vara da Fazenda Pública, Dra. Roberta Brenner de Moraes, diz o seguinte em sua matéria (Lê.): “É um número exagerado de autuações que nem sempre corresponde à realidade. Pela falta de condições do agente de fazer um juízo valorativo necessário, que pressupõe tranquilidade e atuar com certeza do que está fazendo. Como cidadã e, vendo tudo o que foi apurado, com dados concretos, com números, depoimentos – alguns emocionados de pessoas que foram prejudicadas e que admitiram ter feito inúmeras autuações sem a certeza necessária do que a função exige – acho que sim, é uma indústria da multa.”

Não sou eu que estou dizendo isso há 5 anos; é a Promotora de Justiça que investigou o caso. Em Porto Alegre, a indústria que mais prospera é a indústria da multa. Vergonhoso! Eu fiz um pedido de informações para a EPTC, eles me responderam com alguns dados – vou trazer daqui a pouco –, a matéria e o processo judicial descreve como os azulinhos eram obrigados a multar. Um dos agentes de trânsito declara que o seu superior o obrigava. Esse constrangimento moral, esse assédio moral para que eles multassem mais era no rádio da EPTC. Eles tinham cotas e metas, aqueles que multassem mais iam ser beneficiados com horas extras e aqueles que multassem menos eram punidos, transferidos. Um dos agentes que depôs gravou uma conversa com o diretor da EPTC – as conversas estão gravadas – em que o diretor da EPTC ameaçava aqueles que não multassem. Esse mesmo diretor acompanhou uma diligência e mandou ele atuar: esse pneu está careca. Ele foi lá e constatou que o pneu ainda não estava careca, ele mediu o biscoito do pneu, ele foi ameaçado pelo diretor da EPTC para que forjasse a infração, para que fraudasse o nosso sistema. E ele então autuou, sabendo que estava cometendo uma injustiça, sabendo que era uma mentira, um crime e uma fraude aquela autuação.

Essa é a EPTC, senhores! É a EPTC que merece ser investigada. Eu agradeço a esse movimento que foi feito contrário às causas que defendemos, porque nos instigou e arrefeceu nosso ânimo e a nossa determinação. A EPTC, senhores, merece uma CPI para nós investigarmos o que foi feito com os recursos provenientes das multas. Eu tenho um dossiê que vou deixar para uma próxima oportunidade de tão longo que ele é, vem de dez respostas que a EPTC nos enviou a partir de um pedido de informações; alguns, para os senhores saberem, infelizmente, os dados são até meados de 2018. Colegas Vereadores, a EPTC, em 2016, já tinha arrecadado mais de meio milhão de multas! Então, em 2017, mais meio milhão de multas; até junho de 2018, 282 multas – seguramente passou de um milhão de multas no ano passado, a maioria delas suspeitas. O mais grave: o cidadão recorre à JARI – eu tenho um dado aqui –, os senhores sabem, você que está em casa, você que está aqui nas galerias, Sr. Presidente, apenas 2,8% dos recursos da JARI são providos, Ver. Ricardo Gomes; 2,8%, é uma indústria covarde da fraude. E nós temos que nos levantar contra isso. Nós não estamos aqui defendendo o infrator; nós queremos que o poder público exerça sua finalidade, nós queremos segurança no trânsito. E segurança no trânsito não se conquista com agente escondido numa moita! A segurança no trânsito se conquista com esse agente orientando o trânsito e não, esperando a infração para que o Estado... ou melhor, para uma empresa usurpadora, que usurpa o poder de polícia e multa os cidadãos, fazendo disso a sua fonte de receita e de arrecadação.

Colegas vereadores, isso é uma excrescência, isso é uma vergonha, isso é uma imoralidade! E eu clamo aqui para que nós possamos começar a pensar em uma CPI da EPTC. Nós precisamos investigar a EPTC, a sociedade porto-alegrense espera isso de nós. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder e depois prossegue em Comunicações.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, funcionários da Casa que nos acompanham, eu quero saudar a representação do Sindicâmara, que esteve no gabinete. Conversei e ouvi

atentamente os argumentos que o Sindicâmara tinha com relação ao PLCE nº 002/19, que trata da carreira dos servidores. Recebi todos que quiseram debater o projeto comigo, conversei profundamente, formei a minha convicção, acho que estamos prontos para a audiência pública que ocorrerá no dia de hoje. Estamos mais do que prontos para votar esse projeto, mas é preciso restabelecer algumas verdades – é preciso restabelecer algumas verdades. A primeira: tem-se dito que o projeto tramitou de forma açodada. Esse projeto trata de três aspectos que estavam todos eles dentro do projeto que já foi analisado no ano passado. Portanto é um projeto por demais conhecido, tanto é que o próprio sindicato, o Simpa, já fez todos os seus cálculos, já levantou todos os seus argumentos, os vereadores já apresentaram as suas emendas, que há em profusão, então é um projeto que está mais do que bem discutido. Agora, Ver. Moisés, é preciso restabelecer algumas verdades porque o que está sendo dito aqui nesta tribuna é uma vergonha, de que o governo Marchezan quer entregar a Cidade para a iniciativa privada. Não há um só projeto de privatização de qualquer coisa tramitando nesta Câmara. Eu gostaria que houvesse, mas não há. Mentirosos leem o projeto e dizem que uma PPP é uma privatização, que uma concessão é uma privatização. Ou são mentirosos ou não sabem, não leram a Lei das PPPs, que foi assinada pela Presidente Dilma, ou não sabem o que é uma concessão, que acontece em Porto Alegre há décadas. Então, ou há uma má formação ou há uma má intenção, não existe um só projeto de privatização tramitando nesta Câmara, o que eu lamento.

Segundo, o tom da conversa sobre o projeto começa sempre num tom técnico, e eu nunca me furto de fazer uma discussão técnica sobre o projeto. Mas há algumas coisas que terminam por exaltar os ânimos e que nos levam a falar com mais veemência. Uma delas é o cartaz que o Simpa espalha pela Cidade com fotografias de vereadores, o que, aliás, eu já agradei, porque, para mim, é propaganda. Para mim, é propaganda, pena que não fizeram *outdoor* dessa vez. Mas observem que, naquele cartaz, há um desenho de um vereador com um alvo na cabeça, um alvo na testa, numa incitação clara à violência. Se eu fosse vitimista, eu talvez pedisse asilo em Paris, porque está na moda. Vou pedir asilo em Paris, porque é uma ameaça evidente do sindicato.

Dizem que o projeto arruína a carreira dos servidores, não é verdade. O impacto desse projeto, Ver. Wambert, é de 1,5% da folha de pagamentos do Município de Porto Alegre. O impacto é 1,5%, não é 20, não é 40. Temos ouvido gente espalhar por aí que os

servidores vão perder até 40% da remuneração, é mentira. O projeto tem impacto? Tem. Deixarão de ganhar tanto quanto hoje a lei prevê? Sim, nós não escondemos isso. Mas dizer que os servidores perderão 40% da sua remuneração é uma mentira. E é uma mentira consciente.

Por fim, eu fui muito acusado de dizer que os servidores do Município são privilegiados. Eu não usei essa expressão, eu disse que há privilégios, e há uma diferença de entonação. Há uma diferença de entonação. Alguns aspectos do Estatuto do Servidor existem somente para os servidores e não existem na iniciativa privada, eu tenho insistido nisso. Dizer que são privilegiados? Bom, já passa uma ideia de estar numa casta mais alta da sociedade. É verdade que o salário médio do nível superior do Município de Porto Alegre é mais de R\$ 12 mil, o que coloca os servidores de nível superior do Município... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Dizer que são privilegiados significaria dizer que estão numa casta superior os servidores. Não estão. Embora o salário médio de R\$ 12 mil coloque a categoria entre o 1% mais rico da sociedade brasileira. A provocação que tenho feito é esta: que se coloque, que se meça, todos queremos servidores bons, qualificados e ganhando bem, mas não podemos perder de vista o outro lado que paga a conta, o tamanho do orçamento disponível e a capacidade de contribuir com impostos da sociedade brasileira. A sociedade está esgotada na sua capacidade de ser tributada. Ou fazemos algo para conter a folha ou os servidores não receberão seus salários. Há que ter isso presente.

Ouvi um dado sobre a reforma da Previdência que o Ver. Comassetto citou aqui: 60% dos pedidos de aposentadoria do Brasil são feitos por idade e não por tempo de contribuição. Por quê? Porque, na iniciativa privada, as pessoas passam muito tempo desempregadas, entre um emprego e outro, alcançam a idade, mas não acumularam o tempo de contribuição. Isso não acontece no serviço público. Para zero servidores públicos isso acontece, por quê? Porque o funcionalismo no Brasil nunca experimentou um só dia de desemprego. Há que ter isso presente, porque nós estamos cobrando impostos da população, que está cansada de pagar e enxergar que a norma que vale para a população não vale para os seus servidores. Nenhum servidor experimentou um só – um só – dia de desemprego depois que entrou no serviço público. Que bom para eles, mas até que ponto será que a sociedade vai conseguir arcar com uma folha que, nos últimos

dez anos, dobrou de tamanho? Nos últimos dez anos a folha do Município de Porto Alegre aumentou 95%. Essa é uma discussão que precisa ser feita, teremos a audiência pública, teremos a votação do projeto. Com a matemática não há discussão. O Ver. Comassetto tem que saber que os números são oficiais. São da Secretaria Municipal da Fazenda esses números que trago, quer dizer que são feitos os cálculos por servidores públicos da Fazenda, não são feitos pelo secretário nem pelo prefeito, são os números da Secretaria Municipal da Fazenda. O salário médio dos servidores de Porto Alegre hoje em dia é de R\$ 8.425,00, a remuneração média – esse é um dado da Secretaria Municipal da Fazenda. É claro que há os privilegiados e há os que não são privilegiados. É claro que nós sabemos que a Fazenda e a PGM puxam essa média para cima, mas nós sabemos também que a folha dobrou nos últimos dez anos e que se não fizermos nada, a folha há de estourar. E aproveito a chegada da representante dos engenheiros da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre – Astec, que, numa reunião interna, sugeriu que o Município tinha capacidade de endividamento e que, portanto não precisaria passar esse projeto. Eu quero dizer que essa é a receita da miséria e da desgraça, tomar crédito para pagar a despesa corrente. Toda família que fez isso sabe o resultado que teve, tomou empréstimo no banco para pagar despesa corrente. Quem vai pagar os juros dos empréstimos sugeridos é a população de Porto Alegre que não suporta mais aumento de impostos. Então é preciso ter responsabilidade com as gerações futuras. Queríamos que todos os servidores ganhassem muito bem e tivessem todo o conforto do mundo, não há dúvida disso. Agora, cabe isso no bolso do cidadão de Porto Alegre que experimentou uma crise econômica conduzida em grande parte por decisões erradas de política macroeconômica do governo federal nos últimos 16 anos? É possível sobrecarregar ainda mais a população com novos impostos? Perca tudo a população porque aqui será nenhum direito a menos, porque as concessões que foram feitas ao longo do tempo não se sustentam no orçamento? Poderá a população continuar arcando com as despesas de uma folha que não para de crescer e que, mesmo com este projeto não parará, continuará crescendo? Porque o que o projeto faz, olvidem-se as mentiras que são espalhadas, o projeto não diminui o salário de ninguém, diminui o ritmo do crescimento, olvidem-se as mentiras que estão sendo espalhadas. Então, essa é uma discussão que faremos hoje e na segunda-feira, no dia da votação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder e prossegue em Comunicações.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, Vice-Presidente desta Câmara; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste. Primeiramente, Presidente, permita-me, em nome da nossa bancada, a bancada dos Democratas, saudar o nosso Luiz Afonso, pois não é qualquer um que fica 40 anos no emprego, e, principalmente, 40 anos atuando nas divergências partidárias e atuando plenamente na retidão da coisa pública. Parabéns!

Quero voltar a falar, hoje, aqui, porque tenho andado pela Cidade e justamente me preocupado com a região sul e também com muitos terrenos do Município que ainda existem e que não foram utilizados nos programas habitacionais, que lá se iniciaram no ano de 2008 e estamos em 2019. Quero lembrar que o Município, na Av. Bento Gonçalves, próximo ao Carrefour, possui uma área que foi permutada com a Condor, que, na época, eram 30 hectares. Nós temos, ainda, ali 15 hectares para serem construídos. São mais de 800 unidades habitacionais em local nobre da Cidade e numa região onde poucas habitações foram construídas. Então, seria importante a agilização desse projeto habitacional para fazermos com que as famílias que residem na região leste ali possam ter sua habitação. E deve-se aproveitar que vai ser agora agilizado, reestruturado o Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa notícia vem de Brasília. Em Brasília surgem as notícias, demora um pouquinho, mas elas se efetivam.

Também quero lembrar que, lá no Passo das Pedras, na Rua Sotero dos Reis, temos, desde 2005 – tem uma senhora que cuida daquela área – um projeto habitacional, que era para moradores de rua da Vila Floresta. Ali são 300 unidades habitacionais. Então, ali temos um terreno, há 14 anos, do Município, que não tem o projeto habitacional, mas que há necessidade, sim, de que seja aproveitado, nessa nova oportunidade, e que se faça com que saia do papel e que haja a construção das habitações naquela região da Cidade. Quero lembrar que, para que haja agilidade na aprovação de projetos e um melhor aproveitamento das áreas desta Cidade, deve ser alterada a Lei Complementar nº 636, de 2010, a qual eu tive a satisfação de sancioná-la, como Prefeito em exercício. Essa Lei da Minha Casa, Minha Vida discute as demandas habitacionais prioritárias, as demandas da

Minha Casa, Minha Vida, de faixa 1, 1,5 e 3, e também dos projetos habitacionais da cooperativas. Naquela Lei, na época, havia necessidade – nós tínhamos as habitações de zero a três – de se fazer uma doação para o Município, quando se queriam fazer habitações de 20% de área. Assim, na Zona Sul, têm as doações, existem áreas, existem locais que foram ocupados, porque o Município não utilizou esse espaço de 20% da área. Eu entendo que tem de se alterar o Plano Diretor, especificamente, nessa legislação, porque não adianta deixarmos reservado 20% para que o Município construa habitações ou espaços comunitários dentro desses loteamentos. O Município não tem condições financeiras de construir, o imóvel fica abandonado e ocorrem as ocupações que temos em Porto Alegre. A minha proposta, e tenho trabalhado com pessoas dentro do Plano Diretor, para que possam trazer uma proposta... E queremos, sim, apresentar ao Sr. Prefeito Municipal, nesse primeiro semestre, uma proposta concreta de alteração da Lei Complementar nº 636. Nós entendemos que, dos 20%, haja uma flexibilidade: que 15% fique destinado às construtores, que dêem, em contrapartida para o Município, infraestrutura, ou seja, na construção de vias. As vias de acesso aos loteamentos precisam ser utilizadas com fluxo melhor para os veículos. Hoje estamos vendo, na Av. Edgar Pires de Castro, que, no passado, tinha um construtor que queria dar alargamento para uma avenida gratuitamente para o Município, e não foi aceito. Hoje seria muito importante que viessem esses loteadores e se oferecessem então 15% no alargamento e na duplicação da Av. Edgar Pires de Castro, não só até a Av. João Antônio de Oliveira Remião, mas sim, até o Lami, porque entendemos, sim, que aquela parte do Lageado está ruim. Quem anda na Zona Sul vê as condições precárias daquelas avenidas, da Av. Edgar Pires de Castro, principalmente quando chove, as pessoas que ficam nas paradas não têm condições de embarcar nos ônibus, porque ali não existe o recuo, no acostamento da avenida há buracos, alagamentos, os ônibus não conseguem chegar nas suas paradas. Já que o Poder Público não tem condições, e com razão, porque é um custo muito alto fazer essas obras viárias, vamos fazer parcerias. Hoje o prefeito é adepto às parcerias público-privadas, mas é uma parceria diferente, é uma parceria que está na lei, onde esta doação que está sendo feita para espaços comunitários, praças que não estão sendo utilizadas... Temos praças em Porto Alegre que sequer uma pessoa as usou, porque está ocupada ou abandonada, porque é um espaço que faz com que as pessoas que não tem residência ocupem, é um terreno abandonado, não é mais uma praça

pública. Por isso também apresentei uma emenda nesta outorga para uso das praças públicas e exploração das melhores praças de Porto Alegre, que quem ganhe a Praça da Encol seja obrigado, em contrapartida, a adotar uma praça na Restinga ou outro bairro de Porto Alegre, para fazer com que haja melhoria nessas praças. Mas o melhor de tudo é fazermos com que haja alteração legal, reutilizarmos do potencial dos nossos parceiros construtores. Não podemos mais tratar nossos empreendedores como inimigos. Digo isso também porque me preocupo muito, Ver. Carús, Ver. Bosco, com a aprovação de loteamentos. Hoje Porto Alegre ainda demora de cinco a sete anos para aprovar um loteamento. Isso não é admissível. Já foi criado um escritório de aprovação de projetos, a Caadhap, tivemos diversos nomes nessa central de aprovação de projetos, mas se formos ali na nossa Curitiba, que é bem pertinho daqui, 800 quilômetros, onde estive quando propus o projeto de toda a DM eletrônica ser aplicada em Porto Alegre, em Curitiba já existia, como aqui em Campo Bom existia; São Paulo foi um dos pioneiros também. E ali, pela DM eletrônica, seria possível conhecer a nossa cidade de Porto Alegre. Vamos lá ver como funciona uma central de aprovação de projetos, onde todas as secretarias principais que são obrigadas a participar dos projetos sentam à mesa de reunião e têm 30 dias para apresentar o projeto, para que seja adequado às normas do Município. Nós temos o problema dos PPCIs, que têm que ter a aprovação e a responsabilidade do engenheiro, quando são unidades habitacionais. A minha proposta é que, sim, quando houver habitações multifamiliares em prédios, mesmo esses do Minha Casa, Minha Vida, de até cinco andares, sim, aí haja a interferência do Corpo de Bombeiros para que ele possa fazer as vistorias e licenciamentos naquelas obras, para verificar se o responsável técnico está fazendo de acordo. Mas nas unidades unifamiliares, que são justamente aquelas casas que as pessoas constroem nos seus loteamentos, nós devemos aceitar o atesto do engenheiro. O engenheiro deve ser responsável, cível e criminalmente, no caso de uma erosão, no caso de um tombamento, no caso de ruir uma residência daquelas, porque ele é o responsável técnico. E vamos assim desafogar a central de aprovação de projetos e fazer com que haja responsabilidade do engenheiro. Hoje nós temos a modalidade do conformismo. Os engenheiros, ou quem faz, faz um projeto, porque ele tem a certeza de que o Município vai corrigir o seu projeto e vai ali propor as alterações, e vai lá, depois, o engenheiro, ou a empresa, e retifica. Não, nós temos que responsabilizar para que o projeto venha

adequado com a responsabilidade do engenheiro que assinar na sua planta, no seu projeto. Assim nós podemos fazer com que as coisas andem melhor em Porto Alegre. Porto Alegre tem que avançar, não podemos mais ficar no passado, meu Presidente. Assim me despeço e obrigado pelo tempo de liderança, e agradeço às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Ver. Pujol; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, quero fazer uma referência especial aqui ao nosso Diretor Legislativo Luiz Afonso, que hoje completa 40 anos de serviço a esta Casa e, por consequência, ao povo de Porto Alegre, que muito tem contribuído com competência e responsabilidade na função, aprendemos muito com seus conselhos e somos até mais prudentes em algumas proposições em razão disso; então, meus cumprimentos!

Eu quero aqui fazer uma reflexão, e vou usar um pouco do que disse o Ver. Robaina e também na mesma linha de raciocínio do Ver. Moisés: hoje nós tivemos mais um ex-presidente da República preso em função de desdobramentos da operação Lava Jato, que tem felizmente passado o Brasil a limpo. Isso demonstra a eficiência do nosso Estado de Direito e, por consequência, que a lei vale para todos. Nós já temos um ex-presidente preso, o ex-presidente Lula, e, a partir de hoje, conforme mandado exarado pelo juiz Marcelo Bretas, o ex-presidente Michel Temer. Falo isso com muita tranquilidade, usando a mesma linha de raciocínio do Ver. Moisés: se no meu partido, o MDB, existem corruptos que praticaram atos ilícitos, que paguem por isso, que respondam em juízo, que tenham decretadas as suas prisões e que devolvam ao erário o prejuízo que causaram. Vamos transformar esse episódio, quem sabe, aí falo para a sociedade porto-alegrense, gaúcha, brasileira, para os filiados, militantes e simpatizantes do MDB, vamos fazer desse momento uma oportunidade de autocrítica. A cúpula nacional do MDB se apressou em publicar uma nota desfazendo da atitude do Poder Judiciário. A cúpula nacional do MDB é a mesma signatária de todos os conchavos, Ver. Ricardo, que resultaram de uma aliança espúria com o PT em nível nacional, que hoje produziu centenas de presidiários, e nada

fez para combater de maneira efetiva, a não ser para adornar discursos, a miséria, a fome e a desigualdade no Brasil; projetos de poder que colocaram dinheiro no bolso de muita gente, mas não distribuíram renda no Brasil. E, para a tristeza da história do nosso MDB, nós estamos figurando como protagonistas dessa bandalheira que, há muitos anos, vem ocorrendo no Brasil e que a operação Lava Jato tem contribuído para corrigir. Então, vamos fazer deste momento uma oportunidade. Muitos criticam o MDB por atitudes isoladas de algumas de suas lideranças ou de alguns dos seus agentes públicos. Mas tem gente boa no MDB, ou alguém esquece que foi o MDB que liderou a restauração democrática do Brasil? Ou alguém esquece que foi o MDB que garantiu o equilíbrio na transição após o *impeachment* do ex-presidente Collor? Ou alguém esquece que foi o MDB que garantiu a governabilidade e a consequente aprovação do Plano Real no primeiro mandato do Fernando Henrique? Mas, de 2006 para cá, especificamente, a cúpula nacional, nas mãos do Sr. Romero Jucá, do Sr. Renan Calheiros, do Sr. Eunício Oliveira... Com exceção do Renan, todos esses, as urnas dos seus estados os aposentaram para o bem do nosso partido e para o bem da política brasileira? Foi o MDB, então desmoralizado, entregue, abrindo mão de um projeto nacional e de candidatura própria à presidência da República, em favor desses acordos todos que foram feitos, que resultaram hoje na prisão do ex-presidente Michel Temer.

O nosso MDB é o MDB do Pedro Simon, que tentou ser candidato a presidente da República, e a cúpula nacional sequer botou o nome dele na cédula na convenção. Eu estava lá em Brasília, com 19 anos de idade, votando nessa convenção. O nosso MDB é o MDB do Teotônio Vilela, que, com quatro cânceres, percorreu o Brasil... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...O nosso MDB é o partido das diretas, o que garantiu que os servidores públicos entrem em casas como a nossa e façam as suas reivindicações. O nosso MDB tem agora a oportunidade... E nós temos o ex-governador Sartori, o ex-governador Rigotto, que postulou, também, a presidência da República e, internamente, foi golpeado com uma base de cálculo mentirosa. Ele ganhou a prévia, e o Garotinho, com 3 mil votos a menos, acabou sendo candidato. Depois, a convenção não homologou. Muitos dessa cúpula corrupta agora vivem de uma aposentadoria ilegal concedida pelo Senado, que fez isso tudo, e hoje o PMDB está mais na página policial do que nas transformações sociais do Brasil. Vamos fazer a autocrítica, e é hora de mudar o nosso

pág. 20

partido e de nos reencontrarmos, nos reconciliarmos com a sociedade e com as bandeiras que embalaram a concepção original de fundação da nossa sigla. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Sr. Presidente, eu queria fazer uma fala rápida, na verdade, até uma fala em resposta à manifestação do Ver. Adeli, que esteve nesta tribuna mais cedo, quando ele coloca, de maneira mal informada, eu quero acreditar, que por desinformação, porque em geral o Ver. Adeli, eu o diferencio dos demais parlamentares da sigla do PT, porque é um cara que recentemente esteve na Guaíba em debate e falou que gosta de debater, que admira a coerência, e que portanto, eu não deveria deixar passar uma informação incorreta trazida na tribuna. O Ver. Adeli falou que o vereador do NOVO estaria responsável pela ADIn colocada na justiça sobre o projeto dos aplicativos de transporte, que isso estaria, dentre outras coisas, prejudicando os táxis. Na verdade, Ver. Adeli, a ADIn não é de vereador. A ADIn é movida pela instituição partidária, pelo Partido NOVO. Seria análogo eu dizer que os crimes cometidos pelo PT são também de sua autoria, vereador. O que eu acho que é incorreto, assim como é incorreta a sua afirmação.

Então, para além disso, a ADIn do NOVO permitiu que nós tivéssemos em Porto Alegre uma das legislações mais liberais do ponto de vista dos aplicativos de transporte, permitindo que a gente tenha maior oferta de carros, maior concorrência e melhora em preços para o usuário. O fato de o táxi estar sendo prejudicado se dá tanto por conta da inércia da Prefeitura em fazer valer muitas das modificações propostas nesta Câmara, como também por muitas decisões da própria Câmara em não retirar alguns entraves e burocracias, quando debatemos a nova lei dos táxis. E naquela ocasião – e eu faço questão de trazer um pouco mais do aspecto ideológico do debate, já que sou um liberal e temos outro liberal neste Parlamento, que é o Ver. Ricardo Gomes – os liberais trouxeram de maneira recorrente, Ver. Ricardo, a importância de se tirar os entraves, burocracias, taxas para que os táxis pudessem ter a mesma competitividade que os aplicativos de

transporte. E muitos parlamentares discordaram e quiseram continuar com burocracias, assim como o próprio prefeito, que acreditava que o melhor táxi do Brasil seria aquele com uma excessiva regulamentação, cheia de obrigações, cheia de custos, cheia de regras, o que, obviamente, fez com que os táxis, muito embora a nova legislação tirasse burocracias, continuassem extremamente engessados e não conseguissem competir em pé de igualdade com o mercado muito mais livre e concorrencial como é o mercado dos aplicativos de transporte, estes, sim, vêm beneficiando a população de Porto Alegre com menores custos. Não à toa, os preços foram menores e os serviços estão sendo reconhecidos como de maior qualidade. Empresas de transporte coletivo, inclusive da Região Metropolitana têm tentado combater alternativas do mercado privado, de soluções coletivas de transporte, exigiram proibição desses aplicativos, assim como já esta Câmara Municipal proibiu os aplicativos de transporte ano passado. Esse não é o caminho que os liberais acreditam e tampouco o Partido Novo acredita que deve ser o caminho que gera benefícios para o consumidor, gera benefícios para a população, é o caminho que gera mais custos, mais burocracia, mais entraves. Acreditamos, portanto, que tenhamos que remover barreiras, remover taxas, remover burocracias, e é isso que a ADIn do Partido NOVO fala, é isso que ela obteve, é uma conquista para o cidadão de Porto Alegre. Agora, dizer que ela impede ou prejudica os táxis, me desculpa, mas essa é uma retórica tão falsa, tão velha quanto essa retórica de defesa do presidente Lula, e que são as retóricas de defesa do presidente Temer, agora dois ex-presidentes presos como merecem por seus crimes cometidos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas. Subo à tribuna novamente, gostaria de pedir o apoio técnico da Casa, para dividir com vocês os motivos da minha revolta hoje aqui, mesmo que não tenha som, mas para mostrar.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Esta é a ex-vereadora Sofia Cavedon, do PT, hoje deputada, na frente do posto de saúde, ao lado de um dirigente do Simpa, que não presta serviço para a população, está dispensado do serviço para trabalhar no sindicato, mas, em horário de expediente, sempre está na Rua da Praia, esteve lá, temos vídeos, fotos, em horário de semana, com a bandeira do PT e da ex-vereadora Sofia. O que eles estão fazendo lá? Mentindo para a população! Com carro de som do Simpa, dizendo que está à venda – é só ler as faixas –, que o governo quer vender a saúde e etc. Quero dizer também para a ex-vereadora Sofia que recebi o vídeo, e que ela vai ter que responder, porque ela diz também que o prefeito, deliberadamente, por maldade e intencionalmente faz faltar água na Lomba do Pinheiro. Isso é um crime! Isso é nojento! Isso é uma política podre, que eu acredito que nenhum homem ou nenhuma mulher pública podem fazer! Mobilizar as pessoas que mais precisam de atendimento de saúde, que não têm condições de ir para um hospital privado, e mentir. Com muita responsabilidade, nós vamos fazer o debate aqui. Um menino de nove anos, hoje pela manhã, não pôde acessar com o carro para tomar os pontos que ele precisava, ele teve que ir para Viamão. Sabem quem é que cuida da unidade de saúde de Viamão? Um instituto particular, 100% SUS, como é na Restinga também. Cem por cento SUS! Por favor, tenham responsabilidade! Se não é com o governo Marchezan, se não é com este governo, tem que mobilizar através da raiva a população, para que todo mundo tenha raiva de quem está do outro lado. A campanha tem que ser feita com raiva, sempre foi feita na base da mentira. Por favor, se reinventem, isso é antigo, é arcaico, Porto Alegre está na vanguarda do atraso por causa desse tipo de política! Sofia Cavedon, não faça isso, tenha um pouquinho de consciência na sua cabeça. A senhora mente para a população que mais precisa. Eu tenho nojo, nojo de gente assim! E quero dizer para as pessoas que me colocaram neste lugar: o dia que eu tiver que fazer uma coisa assim, eu não estou na política. Entro na política pelos motivos certos, estou cansado disso. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador-Presidente, efetivamente, hoje é um dia em que se poderia falar de política internacional, em que se poderia falar de política nacional, até se poderia falar de futebol, porque é um tema que também se pode debater, mas nós estamos vivendo momentos dolorosos na cidade de Porto Alegre, e é sobre Porto Alegre que nós temos que refletir. Por isso falei da lei geral dos táxis, e aceito a correção do colega Camozzato, nós temos que falar, sim, da insegurança. Mas, também, quando falarmos da insegurança, nós temos que combater a mídia tradicional, que tem colocado na cabeça das pessoas uma insegurança que muitas vezes não é real, é a chamada pós-verdade. Eles criaram a ideia de que entrar em qualquer bairro é um grande perigo. A mídia tradicional é a campeã de repetir pós-verdade. Eu quero fazer uma diferença entre as *fake news*, que podem compor uma pós-verdade, mas a mídia colocou alguns temas que repetem, repetem, como se isso tudo fosse a grande verdade. Nós vivemos, sim, a insegurança e a violência, mas também as pessoas vivem o medo, o medo líquido, como dizia Zygmunt Bauman. E eu vou falar de Porto Alegre, Moisés, que tem que cuidar dos pequenos postos de saúde, das UBSs. Eu propus ontem aqui, parece-me que será aceito, Robaina, um grande debate sobre as novas contratualizações do sistema de saúde em Porto Alegre. Eu quero fazer esse debate, eu farei esse debate e gostaria de fazer isso de forma civilizada com os gestores municipais e com a bancada de situação. Nós temos que debater, sim, os problemas da Cidade. Nós temos que debater, por exemplo, a questão da Mina Guaíba, que, ao estarem corretas as informações técnicas que recebemos, vai poluir mais o Jacuí, que é o principal rio que adentra o nosso Lago Guaíba, e é ali que nós temos a captação de água, e nós sabemos que a questão do carvão traz poluentes danosos. Nós queremos uma audiência pública, estamos fazendo um abaixo-assinado pedindo uma audiência pública na nossa Fepam, e eu espero que a jovem e nova diretora nos atenda. Isso é muito importante.

Nós queremos fazer, portanto, o diálogo sobre a Lomba do Pinheiro, sobre a Bom Jesus no caso das contratualizações e das novas UPAs. Eu digo, se houver UPA, tem apoio. A forma, vamos discutir, e queremos ter o atendimento público efetivo.

Agora, nós queremos debater a Cidade como um todo. O Triângulo e sua cobertura serão refeitos, remodelados por uma empresa privada. Agora, nós queremos, como fiz ontem menção aqui, Ver. Roberto Robaina, uma solução para aqueles que chegam de madrugada para vender lanche, café, para o pessoal que pega ônibus. Vida dura para

quem pega ônibus. E eu já disse, por exemplo, das queixas que temos recebido sobre as linhas transversais. É um problema de gestão gravíssimo. Se a Prefeitura nos ouvisse, se os gestores públicos da Carris e da EPTC nos ouvissem, e nós temos uma larga tradição, Ver. Moisés Barboza, de conhecimento na área do transporte coletivo de passageiros de Porto Alegre. Eu conversei, eu escuto todas as pessoas, e eu debatia muito com o Capellari. O Capellari, às vezes, era jogo duro, mas escutava absolutamente a todos. Parece-me que o Fábio, o novo diretor, também tem esse mérito, já nos ouviu, já veio aqui, dialogou em alto nível. Agora, nós temos que resolver o problema dos táxis, resolver o problema da TGO, resolver que não tem – como discuti aqui com o Ver. Aírto Ferronato e ele confirma – a biometria. O Ver. Ricardo Gomes, nosso presidente, já me garantiu que haverá essa discussão. Está aqui uma das lideranças dos táxis, o Arthur, que repasse isso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, queria dizer aos taxistas que o Ver. Ricardo Gomes, Presidente da CCJ, vai chamar a reunião que nós nos comprometemos para discutir a questão da biometria.

Colegas vereadoras e vereadores, lideranças do governo, Ver. Moisés Barboza, o diálogo será feito em bom nível, respeitoso, mas nós queremos debater a nova contratualização. Nós temos o dever de fiscalizar, é nosso dever como vereador, mas nós queremos os médicos que precisamos no Timbaúva, como precisamos na Zona Sul.

Finalmente quero dizer ao pessoal da EPTC – não estou vendo a sua assessoria aqui – que nós queremos o T que saia do Cantagalo, entre na Restinga, passe na UPA, no hospital... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, público que nos assiste através da TVCâmara, da Rádio Web, pelas galerias, colegas membros desta Casa, hoje, dia 21 de março, é um dia muito especial; hoje é o Dia Internacional da Síndrome de Down. Esta data foi escolhida em função do cromossomo 21, que se forma por pares, e as pessoas que têm a síndrome de Down, em vez de ter dois pares, só tem

três exemplares desse cromossomo, chamado de trissomia que determina essa síndrome. Nós aproveitamos esse Dia Internacional da Síndrome de Down que é para conscientizar a nossa população sobre a inclusão e discussão de alternativas que possibilitem a visibilidade social e a inclusão social das pessoas que têm essa síndrome. Conforme dados do IBGE, existem hoje em torno de 300 mil pessoas no nosso País com a síndrome de Down! É necessário, é imprescindível se fazer a inclusão dessas pessoas porque, além de reforçar o seu convívio com a sociedade, além de aumentar a possibilidade de desenvolvimento dessas pessoas, além de dar um conforto grande aos pais, além de tudo isso, é um respeito às diferenças. Então, é necessária a inclusão dessas pessoas. Indo nessa linha, estamos propondo, aqui nesta Casa, a criação de um censo sobre a inclusão da síndrome de Down. Nós sabemos, pelo IBGE, que tem 300 mil pessoas no Brasil; nós temos a necessidade de saber quantas pessoas nós temos na nossa cidade de Porto Alegre, para que esse censo possa identificar a quantidade, o perfil econômico, as regiões de cada pessoa que tenha a síndrome de Down na nossa Capital. Nós fizemos a mesma proposta para o censo do autista, protocolamos também um outro censo, que foi o dos esquizofrênicos, são três síndromes, doenças, e nós precisamos ter um mapa delas, Ver. Moisés Barboza, que me ouve atentamente, para desenvolver as políticas públicas, principalmente na área de educação e na área da saúde, para as nossas unidades básicas de saúde, para que os nossos prontos atendimentos estejam aptos; a síndrome de Down é uma, mas nós temos as outras síndromes, como é o caso do autismo, e é necessário ter esse cadastramento, essa identificação para as escolas da nossa rede pública, para que essas pessoas recebem atendimento.

Nós queremos aqui parabenizar todos os pais, todas as mães, os familiares de pessoas que têm a síndrome de Down, que se dedicam a dar uma dignidade, que se dedicam a compreender essas pessoas em função de não ter o cromossomo 21. Então, voltamos a reafirmar aí esse Dia Internacional da Síndrome de Down, e as políticas que nós lutamos para que ocorram nesta Casa, assim como o censo, nós também estamos propondo, como fizemos com o autismo, uma frente parlamentar para que todos nós possamos entender as políticas necessárias para as pessoas que são as portadoras dessa síndrome. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos à

PAUTA

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, eu me obrigo a falar nesse ponto, porque hoje tem um projeto de minha autoria, coautoria, na verdade, com o Dr. Thiago que, quando vereador, protocolizou comigo esse projeto de lei – vereador que é do seu partido e, hoje, deputado estadual. Trata-se de promover um evento de prevenção à depressão infanto-juvenil Lucas Camargo de Britto, no anexo II, da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010, no calendário de eventos de Porto Alegre, calendário mensal de atividades da Cidade e as devidas alterações colocadas.

Nós trouxemos essa questão da depressão juvenil, porque é algo que tem assolado a população de crianças e jovens pelo Estado e pelo País afora. Nós estamos vivendo momentos difíceis, de conflitos incríveis na tenra infância, seja no seio da família, seja nas escolas. E vejo que, inclusive, os nossos CAPS, Moisés, precisam ter um olhar diferenciado daqui para frente, porque eles foram pensados e articulados, inicialmente, como um espaço para trabalhar a questão da drogadição juvenil e adulta e algumas questões relacionadas com transtornos mentais e doenças relativas a isso. Mas, hoje, inclusive, os CAPS são procurados, e é correto que os procurem, por crianças e jovens – muito jovens – com questões gravíssimas de depressão. Este é um tema que temos que tratar, e urgentemente, porque já temos vários casos de suicídios, e sabemos que essa questão de suicídio tem um código de postura tanto nos meios de comunicação, enfim, de não fazer alarde, porque, segundo alguns especialistas, daria vazão a outros tipos correlatos ou de suicídio propriamente dito. Então, nós estamos apresentando, nós gostaríamos que as senhoras e os senhores dessem uma atenção especial, eu quero solicitar encarecidamente aos colegas da Comissão de Saúde e Meio Ambiente que, quando fizerem o debate lá, possamos convidar o Dr. Thiago, hoje deputado estadual, e eu, evidentemente, que sou coautor, para que possamos fazer um debate devido e adequado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço aos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras que prestigiaram esta sessão com as suas presenças. Alerto que teremos hoje à noite a audiência pública solicitada pelas entidades de classe dos servidores públicos municipais, que foi deferida pela Mesa Diretora, com início às 19h, e convoco a todos para a sessão ordinária da próxima segunda-feira às 14 horas. Obrigado a todos. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h57min.)